



O DESAFIO POLÍTICO E PEDAGÓGICO

EDU

373.2 (816.5)

E24

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

***A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO:
O DESAFIO POLÍTICO E PEDAGÓGICO***

Textos para o Seminário "A educação infantil no município: o desafio político e pedagógico", promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através da Pró-Reitoria de Extensão e da Faculdade de Educação, com o apoio da FAMURS - Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul e CONSEME Conselho dos Secretários Municipais de Educação do Rio Grande do Sul - UNDIME/RS.

Maria Beatriz Moreira Luce
Maria Isabel Edelweiss Bujes
Coordenadoras

Porto Alegre, 1992

D - : MARIA CELINA AMODEO

LM 21.000,00

03.09.92

CIP - Catalogação na Publicação

E24 A educação infantil no município: o desafio político e pedagógico / coord. de Maria Beatriz Moreira Luce, Maria Isabel Edelweiss Bujes. Porto Alegre : UFRGS, Pró-Reitoria de Extensão, Faculdade de Educação, 1992.
f.

Textos para o Seminário "A educação infantil no município: o desafio político e pedagógico", promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através da Pró-Reitoria de Extensão e da Faculdade de Educação, com apoio da FAMURS e CONSEME.

CDU: 373.2(1-21) : 061.3
061.3 : 373.2(1-21)
(1-21)373.2 : 061.3
373.2.014.5

Índice Alfabético para Catálogo Sistemático

Educação infantil municipal: Seminário
373.2(1-21) : 061.3
Municípios: Educação infantil: Seminário
(1-21)373.2 : 061.3
Educação infantil: Política educacional
373.2.014.5
Política educacional: Educação infantil
373.2.014.5

Seminário: Educação infantil no município
061.3 : 373.2(1-21)

Bibliotecárias Responsáveis

Iara Ferreira de Macedo, CRB-10/430
Neliana Schirmer A. Menezes, CRB-10/939

Coordenação de edição

Luciana Facchini
Maria Isabel Bujes

Digitação

Maria Noeci S. Vasconcellos
Ana Regina V. Aquino

Editoração eletrônica

Aldo L. Jung

Arte da capa

Kundry Lyra Klipell

Reprodução

Copy Star

Encadernação

Neide Sanches Fernandes
Cláudio Branchi
Eduardo Nogueira

373.2(816.5)
E24

24984

EDU
1992/89130-3
1992/07/28

TRAJETÓRIA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

*Maria Luisa Merino de Freitas Xavier**

Histórico das Instituições

Situação na Europa no Século XIX

A preocupação da Sociedade e do Estado com o atendimento da criança pequena - menor de 07 anos - é um fato recente na história da civilização, pelo menos da civilização ocidental.

O fator desencadeante desta preocupação parece ter sido, de forma preponderante, o início do trabalho feminino, fora do reduto familiar, motivado pelas modificações econômicas e políticas da estrutura social, ocorridas com o advento da sociedade capitalista urbano-industrial.

Além do fato de ter de assumir o cuidado da criança pequena na ausência da mãe, criando instituições para abrigá-las, a mudança do papel social atribuído à criança, na sociedade burguesa, pode ser considerado outro fator desencadeador daquela preocupação. Enquanto na sociedade feudal, a criança, que escapava dos altos índices de mortalidade infantil era incorporada de forma direta no trabalho produtivo, na nova organização social, a criança passa a ser encarada como alguém que precisa ser, além de cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura no sistema de produção. Daí a necessidade de serem criadas instituições capazes de assumir tais encargos.

O dever social de assumir a guarda dos filhos dos trabalhadores, não se deu, porém, de forma pacífica e espontânea.

Foi somente no século passado, após inúmeras denúncias na França e Inglaterra, sobre as consequências da industrialização nas condições de vida do trabalhador e de suas crianças - usadas maciçamente após os cinco ou seis anos de idade, como mão-de-obra barata, nas fábricas e minas de carvão, de doze a dezesseis horas por dia - que a sociedade começou a esboçar algum tipo de reação.

Essas denúncias, tanto na Europa¹ (SOUZA, 1979), como mais tarde nos

* Professora da Faculdade de Educação da UFRGS

¹ A obra literária de Charles Dickens pode ser citada como exemplo das denúncias ocorridas.

Estados Unidos (CAMPOS, 1979), provocaram as primeiras iniciativas de atendimento humanitário para aquelas crianças. Segundo esta última autora, a criança abandonada e a criança miserável, tornou-se o alvo preferido dos chamados "reformadores sociais", na época, nos Estados Unidos, sob o impacto, também, das conseqüências desastrosas do processo de industrialização, urbanização e migração interna, surgidas após a Guerra Civil Americana. Afastar essas crianças das fábricas e das ruas foram as metas iniciais.

No bojo das críticas à sociedade capitalista, juntamente com propostas novas de organização social, vão surgindo instituições para atendimento da população infantil carente. Inicialmente, são de caráter filantrópico, mantidas por cidadãos humanitários e damas da sociedade, e, paulatinamente, o Estado vai assumindo tal atendimento como compromisso seu, em muitos países da Europa e também nos Estados Unidos.

O caráter assistencial do atendimento inicial vai, paulatinamente, sendo substituído por preocupações pedagógicas, principalmente sob a influência das idéias de Pestalozzi e Froebel.

A educação de crianças de 3 a 6 anos em "Jardins de Infância" foi concepção desse autor. Esta concepção alastrou-se pela Europa e Estados Unidos na segunda metade do século passado, determinando de forma marcante as propostas de educação infantil de então, e influenciando, inclusive, nas propostas de trabalho dos primeiros jardins de infância surgidos no Brasil, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Mas antes de iniciar a análise da história da educação da criança pequena no Brasil, é preciso referir o estudo do historiador francês Philippe Ariès (1981) sobre o "sentimento da infância" - para uma melhor compreensão global do tema.

A percepção que a infância é um conceito construído socialmente e que tem apresentado inúmeras variações através dos anos, é uma das suas principais contribuições. O autor mostra, por exemplo, que antes do século XV, crianças de seis a sete anos já não eram consideradas crianças. Foi a partir do século XVI, e somente nas classes altas, que a criança começou a ser considerada como criatura especial, diferente do adulto.

O "Emílio" de Rousseau, sem dúvida, foi um marco na história dessa percepção. A partir de então, "a infância deixou de ser vista como uma época marcada só pela carência da razão, para se entender como senhora de uma percepção, de um sentimento positivo e próprio". (RIBEIRO, 1992, p. 6)

Na sociedade medieval o sentimento de infância não existia. Sentimento de infância, significando, segundo Ariès, consciência da particularidade infantil, particularidade essa que distingue a criança do adulto. Essa consciência da distinção é que não existia. E, segundo o autor, é apenas a partir do século XVI,

que este sentimento vai se corporificando e a criança começa, gradualmente, a ocupar um papel central dentro da família.

O sentimento moderno de infância que vai se instalando é influenciado pelas idéias religiosas - originadas da Reforma Protestante - para quem a criança é um ser marcado pelo signo do pecado, cabendo à família e à escola ser corretiva, punitiva e disciplinadora, para desenvolver seu caráter e sua razão - e posteriormente pelas idéias de Rousseau, para quem a criança, de forma oposta, é essencialmente boa e precisa ser protegida na sua inocência, para não ser contaminada pelo mal que a cerca.

Estes sentimentos contraditórios têm estado presentes na história da pedagogia moderna, influenciando as diferentes propostas pedagógicas, com a predominância de uma ou outra concepção, em diferentes momentos históricos.

A tomada de consciência deste fato permite uma melhor compreensão de toda esta trajetória.

Situação no Brasil na primeira metade do Século XX

A história da educação no Brasil revela que, apenas a partir de 1930, esta é encarada como dever do Estado e direito do cidadão, conquista obtida com um século e meio de atraso em relação aos países europeus e aos Estados Unidos. A mesma história também revela que, na prática, tal conquista não se concretizou realmente, uma vez que mais de oito milhões de crianças na faixa etária de ensino obrigatório, entre 7 e 14 anos, estão fora da escola, para citar apenas uma, entre tantas mazelas do ensino público brasileiro.

Por outro lado, se considerarmos a história e a evolução do atendimento público às crianças de 0 a 6 anos, o quadro é ainda muito mais grave.

Esta história, resgatada por muitos autores, entre eles OLIVEIRA (1988) e KRAMER (1989), mostra que o primeiro atendimento institucional oferecido às crianças no país foi o prestado às órfãs ou abandonadas, através do recolhimento das mesmas nas "Casas dos Expostos" ou "Roda dos Expostos" - instituições mantidas por entidades religiosas e existentes nalgumas cidades, desde o início do século XVIII. Segundo ainda OLIVEIRA (1988), na zona rural eram as famílias de fazendeiros que adotavam e criavam essas crianças, geralmente filhos bastardos dos senhores brancos com mulheres negras ou índias.

Até o início deste século, não houve outro tipo de atendimento institucional à criança pequena no país.

"Enquanto havia creches na Europa desde o século XVIII e os jardins de infância apareceram a partir do século XIX, no Brasil, ambos são instituições do século XX." (KRAMER, 1987, p. 54)

O processo de industrialização e conseqüente urbanização do país, intensificado a partir da década de 20, provocou as mesmas modificações na estrutura social e familiar ocorridas na Europa e Estados Unidos, em décadas anteriores. O uso cada vez mais intenso da mão-de-obra feminina, por exemplo, provocou a exigência de uma resposta da Sociedade e do Estado no sentido de assumir a guarda dos filhos pequenos da mulher trabalhadora.

Este dever social não foi, porém, assumido na época e, de uma certa forma, até hoje.

O atendimento, quando oferecido, teve sempre um caráter de favor prestado por pessoas ou grupos. No Brasil de então, creches, asilos e internatos, quando existentes, eram vistos como assemelhados e destinados a cuidar dos problemas dos pobres.

As idéias de abandono, pobreza, favor, caridade, acompanharam as primeiras instituições que se ocuparam das crianças, e tais idéias parecem permear até hoje a concepção de creche (OLIVEIRA, 1988, p. 52).

A partir de 1920, no bojo das lutas entre o nascente movimento operário organizado e as associações patronais, começam a surgir algumas creches e escolas maternas, mantidas pelas empresas. Tal prática se oficializa na Legislação Trabalhista regulamentada no período Getulista, tornando obrigatório a criação de creches nas empresas para abrigar os filhos das operárias. Esta foi outra conquista legal que nunca se tornou realidade, realmente.

As poucas creches existentes, fora as mantidas por algumas indústrias, eram, na época, as mantidas por entidades filantrópicas, geralmente religiosas, que mais tarde passaram a ser subsidiadas pelo governo.

O trabalho com as crianças naquelas instituições limitava-se a cuidados de higiene, alimentação e segurança física.

Situação do Brasil na segunda metade do Século XX

Jobim (1988) num estudo sobre a política de educação pré-escolar no Brasil, destaca o papel dos organismos internacionais, na época, como a Unicef e a Unesco, na definição das políticas de assistência à infância nos países subdesenvolvidos. Segundo a autora, o trabalho predominantemente assistencial realizado nas décadas de 40 e 50, seguia a orientação da Unicef. Nas décadas seguintes, já sob orientação da Unesco, o trabalho com crianças pequenas começa a incluir, além da distribuição de alimentos, uma preocupação educacional. A característica dos programas então, é a mobilização de recursos humanos e materiais da própria população, visando uma diminuição de custos. Tais práticas não permitiram que a qualidade do atendimento fosse a desejada, como era de se esperar.

Na década de 60 diferentes fatos sociais - maior organização operária, ingresso significativo da mulher de classe média no mercado de trabalho, a perda de espaço de brincar nos quintais e calçadas pelas crianças devido à especulação imobiliária, agravamento do trânsito e falta de segurança, etc... - intensificaram a luta por creches e instituições de atendimento pré-escolar.

Estas reivindicações, de uma certa forma, tiveram influência na formulação das propostas de atendimento à criança pequena, advindas com o golpe militar de 64.

A política dos governos militares, com relação ao pré-escolar, sofreu influência da teoria da privação cultural, invocada como explicativa da marginalidade das camadas sociais mais pobres. Propostas de "educação compensatória" foram apresentadas, em diversos pareceres do Conselho Federal de Educação, a partir de 1974, como meio capaz de reverter, via atendimento pré-escolar, o fracasso escolar das crianças pobres na escola de 1º grau. (Ferrari, 1980).

Mas apesar de embasadas em pressupostos teóricos totalmente rejeitados, é necessário reconhecer que foi a partir deste período que o país começou a manifestar as primeiras preocupações oficiais com a educação pré-escolar. Preocupação, aliás, emergente em toda a América Latina, sob o impacto da importância atribuída à educação nesta faixa etária, pelas teorias educacionais acima citadas, que foram a tônica dos estudos e pesquisas nos Estados Unidos na década de 60.

"As conclusões desses trabalhos eram de que as crianças desfavorecidas não estavam adequadamente preparadas para um bom desempenho no ambiente acadêmico e que precisavam por isto de programas pré-primários de enriquecimento (compensação)." (Ferrari, 1980, p. 65)

Os trabalhos de Ferrari (1980; 1988) acompanharam os desdobramentos da política pré-escolar daquele período. Suas conclusões mostram que a expansão da matrícula ocorrida, está longe de representar a democratização pretendida, uma vez que a grande expansão deu-se no setor privado e nas regiões mais desenvolvidas do país e que ainda assim é extremamente baixa em relação à demanda.

No setor público foi a nível municipal que a matrícula se expandiu mais. Esta expansão, ainda segundo o autor, se deu mais devido à organização e pressão crescente da classe trabalhadora e de certos setores da classe média do que a programas do governo central.

Na década de 70 começa a ser difundida a crença da necessidade de encarar o atendimento infantil como capaz de promover o desenvolvimento global da criança (cognitivo, emocional e social). Esta proposta, já presente em algumas das pré-escolas particulares que foram surgindo na década, para atender

a demanda da classe média e alta, terminou por provocar mudanças na visão de educação infantil, favorecendo o aparecimento de novas posições em relação ao papel da creche, inclusive.

Já na década de 80, dentro do processo de democratização do país, o atendimento infantil começa a ser reivindicado cada vez com mais intensidade, como um direito do trabalhador com apoio inclusive dos movimentos feministas.

O poder público, sob pressão, começa a incentivar outras iniciativas de atendimento a criança pobre como "mães crecheiras", "lares vicinais" e "creches domiciliares" - alternativas há muito usadas pela comunidade carente - sabidamente inadequadas como solução a longo prazo.

Por outro lado a questão da educação da criança pequena começa a aparecer nas plataformas das campanhas eleitorais, começa a ser vista não mais como uma questão da mulher ou da família, mas também da empresa e do Estado. E como tal é posta na Constituição de 88, e espera-se que seja mantida na nova LDB, atualmente em análise no Congresso Nacional.

A síntese abaixo transcrita sobre a história do atendimento da criança pequena retrata adequadamente a trajetória da luta:

"A história da creche difere da história da escola básica. Esta última foi, primeiro, a escola para os filhos das classes médias e altas, e a população mais pobre teve, e ainda tem, de brigar para nela entrar e permanecer. A creche, por outro lado, nasceu acolhendo os pobres e, apenas recentemente, tem sido tomada e recriada pela classe média". Oliveira (1988, p. 51.).

Referências Bibliográficas

- ARIES, Philippe. *História social da criança e da família*, Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1981, 2ª ed.
- CAMPOS, Maria Marta M. Assistência ao pré-escolar: uma abordagem crítica. *Cadernos de pesquisa*. Carlos Chagas (28): 53-61, mar., 1979.
- FERRARI, Alceu R. & Gasparly. L. Distribuição de oportunidades de educação pré-escolar no Brasil - *Educação & Sociedade*, São Paulo, 2 (5): 62-79, 1980.
- FERRARI, Alceu R. Evolução da educação pré-escolar no Brasil no período de 1968 a 1986. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 69 (161): 9-54, jan./abr., 1988.
- KRAMER, Sonia. *A política do pré-escolar no Brasil*. Col. Dois pontos, Rio de Janeiro, 1987, 3ª ed.
- KRAMER, Sonia (org.). *Com a pré-escola nas mãos*. Ática, São Paulo, 1989.
- OLIVEIRA, Zilma M. R. A creche no Brasil: mapeamento de uma trajetória. *Revista Faculdade Educ.* São Paulo, 14 (1): 43-52, jan./jun., 1988.
- RIBEIRO, R. J. "Emilio" inaugura o afeto entre mãe e filho. *Folha de São Paulo*, 05 abril 1992, p. 6.
- SOUZA, Paulo N. P. Origens e desenvolvimento da pré-escola. *Pré-escola: uma nova fronteira educacional*, São Paulo, Pioneira Editora, 19789, cap. 1.
- SOUZA, Solange J. Tendências e fatos na política da educação pré-escola no Brasil. in *Educação ou tutela*, SOUZA, S. J. & KRAMER, S. São Paulo, Loyola, 1988.